



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

São astronómicas as despesas anuais pagas pelo Governo para o arrendamento de imóveis para servirem de instalações para os serviços públicos, as quais têm vindo a atingir, nestes últimos anos, a ordem de mil milhões de patacas. Os serviços públicos, para além de terem de enfrentar com os contínuos disparos das rendas, estão ainda sujeitos a uma posição passiva nas negociações entabuladas com os proprietários, alguns até foram despejados. Por isso, nestes últimos anos, a sociedade tem vindo a exortar o — Governo para construir edifícios de repartições públicas, mas o andamento está muito atrasado. Por exemplo, o projecto de construção da Zona Administrativa e Jurídica na Zona B dos Novos Aterros Urbanos não anda nem desanda.

No relatório das LAG para o ano financeiro de 2012, falava-se desse projecto, referindo que o Governo iria projectar a construção de sete edifícios nessa zona, nomeadamente para o Tribunal de Última Instancia, Tribunal de Segunda Instancia, Tribunal Judicial de Base, Ministério Público, Comissariado Contra a Corrupção, Comissariado de Auditoria e Serviços de Polícia Unitária. E a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes tem vindo desde 2006 a promover estudos sobre esse projecto, mas até à data nenhuma obra está ainda em curso.

IE-2019-10-18-Lei Chan U (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Na verdade, há toda a necessidade e premência em avançar com este projecto. Em 2018, no relatório de trabalho do Ministério Público referia-se que *“actualmente, quatro serviços afectos ao Ministério Público e o Gabinete do Procurador funcionam e distribuem-se em quatro edifícios comerciais e dois edifícios de tribunais situados em áreas diversas de Macau. Trabalhar em edifícios comerciais diferentes pode suscitar objectivamente vários impactos no trabalho diário do Ministério Público, especialmente no desempenho das várias funções judiciais, incluindo o interrogatório e escolta de arguido, gestão de provas, diversos procedimentos e formalidades processuais, tal como contacto com os órgãos policiais e as pessoas envolvidas em diferentes casos, trazendo numerosas inconveniências para o trabalho, nomeadamente o de sigilo e segurança, e transporte de documentos; simultaneamente, o arrendamento e a utilização de edifícios comerciais prendem-se com regras funcionais do mercado livre, e o Ministério Público enfrentou, em 2018, mais uma vez a “desocupação forçada” exigida pelo proprietário para recuperar a unidade. Embora o Ministério Público já chegasse a acordo com o respectivo proprietário para continuar o arrendamento, através da negociação baseada em aumento de renda, a incerteza do decurso da negociação causa enorme distúrbio e preocupação ao funcionamento e gestão dos lugares de trabalho do Ministério Público.”* Mais, nos discursos proferidos, em 2017 e 2018, pelo presidente do Tribunal de Última Instancia por ocasião da cerimónia de abertura do ano judicial, exortou também o Governo para promover e concluir, quanto antes, o projecto de construção da Zona Administrativa e Jurídica.

Decorridos sete a oito anos, desde que foi proposto nas LAG para o ano de 2012, o Governo apenas adjudicou no ano transacto a elaboração do

IE-2019-10-18-Lei Chan U (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

projecto de infraestruturas do quadrante leste da Zona B dos Novos Aterros Urbanos. Segundo os resultados da adjudicação, a sua elaboração já está concluída. Contudo, o público nada mais sabe sobre o projecto de construção, por isso interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Refere-se nas LAG para 2019 que a área dos transportes e obras públicas irá iniciar os trabalhos de adjudicação, logo que os serviços proponentes acabem de inscrever o projecto de construção da Zona Administrativa e Jurídica da zona B dos novos aterros urbanos no orçamento, que as opiniões dos utentes estão a ser recolhidas para análise; que serão iniciados os projectos das infraestruturas viárias; e que serão iniciados os estudos sobre a localização do posto de transformação. Qual é o seu ponto de situação? Haverá uma calendarização? Quando se prevê a sua conclusão?
2. Quando se conheceu que o Governo iria pedir a elaboração de um relatório sobre o impacto ambiental relativamente ao túnel de ligação Macau-Taipa, havia vozes na sociedade a apontar que esse túnel iria ocupar muitos terrenos, necessitando, portanto, de um espaço com uma área com 10% a 20% dos terrenos em conjunto das zonas B e D. Será que vai afectar gravemente a área dos terrenos afectos à construção da zona administrativa e jurídica?
3. Destinando-se o quadrante leste da Zona B dos Novos Aterros Urbanos a parques de autocarros de turismo e de autocarros de



Tradução

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

transporte público, de que planos alternativos dispõe o Governo para substituir esses parques?

18 de Outubro de 2019

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Chan U

IE-2019-10-18-Lei Chan U (fb-apn)